

RAFAEL SÉRGIO LIMA DE OLIVEIRA  
VICTOR AGUIAR JARDIM DE AMORIM

## PREGÃO ELETRÔNICO

Comentários ao Decreto Federal  
nº 10.024/2019

*Prefácio*

Fabício Macedo Motta

**Área específica da obra**

Direito Administrativo

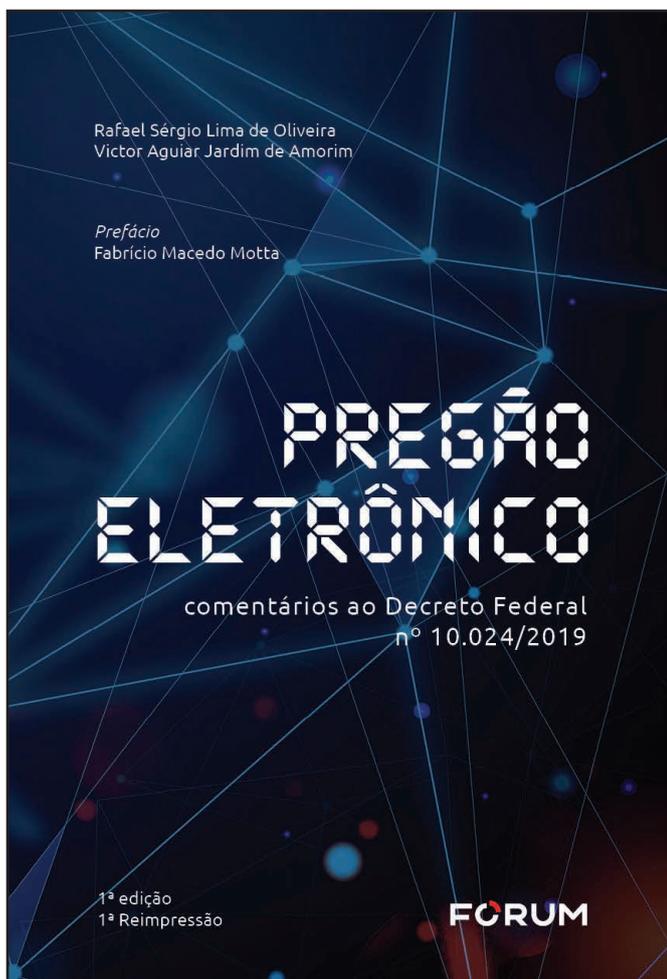
**Áreas afins do livro**

Licitação e Contrato. Contratação Pública.  
Compras Públicas. Gestão Pública

**Público-alvo/consumidores da obra**

Estudantes de pós-graduação, advogados,  
gestores públicos, sobretudo aqueles que  
trabalham com compras públicas

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm  
CÓDIGO: 10001750



Ao longo dos anos tem-se assistido a uma vertiginosa expansão da modalidade de licitação *pregão*, sobretudo na sua forma eletrônica, atualmente o meio pelo qual é realizada a maioria das licitações no Brasil. Instituído e regido na Lei nº 10.520/2002, o *pregão* ainda conta com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993 e de diversos diplomas legais que tratam de contratação pública, a exemplo da Lei Complementar nº 123/2006. Tal situação confere ao *pregão* uma complexidade sistêmico-normativa, que, atualmente, é sistematizada em seu regulamento federal, o Decreto Federal nº 10.024/2019. Focada em tal regulamento, a obra *Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019* busca conferir ao leitor o conhecimento necessário para a compreensão e prática do *pregão*, o que é feito pela abordagem dos seus fundamentos e de seus aspectos jurídicos e operacionais.

OL48p Oliveira, Rafael Sérgio Lima de

Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019 / Rafael Sérgio Lima de Oliveira, Victor Aguiar Jardim de Amorim.– 1. Reimpressão. Belo Horizonte : Fórum, 2020.

263 p.; 14,5x21,5cm  
ISBN: 978-85-450-0764-7

1. Direito Administrativo. 2. Contratação Pública. 3. Compras Públicas. I. Amorim, Victor Aguiar Jardim de. II. Título.

CDD 341.3  
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de; AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. *Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019*. 1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 263 p. ISBN 978-85-450-0764-7.

### **Rafael Sérgio Lima de Oliveira**

Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Universidade de Lisboa. Participante do Programa Erasmus+ na Università degli Studi di Roma. Procurador Federal da AGU. Fundador do Portal L&C. Palestrante e Professor em diversos cursos de pós-graduação no Brasil.

### **Victor Aguiar Jardim de Amorim**

Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela UnB e em Direito Administrativo pelo UniCEUB. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. Coordenador do curso de pós-graduação em Licitações e Contratos Administrativos do IGD. Professor de pós-graduação do ILB, IDP e IGD. Por mais de 13 anos, atuou como Pregoeiro no TJ/GO e no Senado Federal. Advogado e Consultor Jurídico.

## SUMÁRIO

COMENTÁRIOS AO DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 .....	23
---	----

### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação (art. 1º) .....	23
1.1 Considerações sobre a modalidade pregão .....	24
1.1.1 Breves notas históricas sobre a figura do pregão .....	24
1.1.2 Conceito e características do pregão .....	27
1.1.3 Formas de processamento do pregão: a presencial e a eletrônica .....	29
1.1.4 Regulamentação do pregão eletrônico diante da aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993.....	32
1.2 Abrangência do Decreto nº 10.024/2019 .....	34
1.2.1 Não vinculação obrigatória do Decreto nº 10.024/2019 aos demais Poderes estranhos ao Poder Executivo federal .....	36
1.2.2 Aplicação do Decreto nº 10.024/2019 às empresas estatais .....	38
1.2.3 A vinculação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal ao Decreto nº 10.024/2019 .....	39
1.3 Objeto do pregão .....	42
1.3.1 O uso do pregão para serviços de engenharia .....	47
1.4 Obrigatoriedade do uso do pregão.....	50
1.4.1 Obrigatoriedade do pregão eletrônico .....	51
1.4.2 Obrigatoriedade do pregão eletrônico para Estados, Distrito Federal e Municípios.....	53
1.4.3 Obrigatoriedade do Sistema de Dispensa Eletrônica.....	53
Princípios (ART. 2º) .....	55
1.5 Princípios do pregão.....	55
1.5.1 Princípio da legalidade .....	57
1.5.2 Princípios da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.....	59
1.5.3 Princípio da igualdade .....	61
1.5.3.1 A questão da licitação exclusiva para empresas sediadas em determinado local ou região .....	62
1.5.4 Princípios da publicidade e da competitividade .....	64
1.5.5 Princípio da eficiência .....	67
1.5.6 Princípio do desenvolvimento sustentável .....	67
1.5.7 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório .....	69
1.5.8 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	70
1.5.9 Princípio da segurança jurídica .....	70
Definições (art. 3º) .....	71
1.6 Definições .....	74
Vedações (art. 4º) .....	75
1.7 Casos aos quais não se aplica o pregão.....	75
1.7.1 Obra ou serviço de engenharia? .....	75
1.7.2 Bens e serviços especiais .....	77
1.7.3 Locações imobiliárias e alienações .....	78
1.7.4 Possibilidade de uso do pregão para licitar concessão remunerada de uso de bem público .....	78

### CAPÍTULO II – DOS PROCEDIMENTOS

Forma de realização (art. 5º) .....	81
2.1 O pregão eletrônico e o Sistema de Compras do Governo Federal .....	81
2.2 Adoção do <i>Comprasnet</i> por Estados, Distrito Federal e Municípios .....	82
Etapas (art. 6º) .....	85
2.3 Rito procedimental do pregão eletrônico .....	85
CrITÉrios de julgamento das propostas (art. 7º) .....	87
2.4 Os critérios de menor preço e maior desconto .....	87
2.5 Os critérios para aferição do “melhor” preço previstos no parágrafo único do art. 7º .....	88
2.6 Pregão com critério de julgamento de maior oferta .....	89
2.7 Julgamento por menor preço global de grupo de item .....	90
Documentação (art. 8º) .....	95
2.8 Instrução do Processo .....	97
2.8.1 Estudo Técnico Preliminar – ETP .....	97
2.8.2 Termo de Referência – TR .....	98
2.8.3 Planilha estimativa de despesa .....	99
2.8.4 Demais peças do processo .....	100

2.8.5	Parecer jurídico referencial .....	100
2.9	Processo eletrônico .....	102
2.10	Publicidade da ata da sessão pública .....	102
<b>CAPÍTULO III – DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO</b>		
	Credenciamento (art. 9º) e licitante (arts. 10 e 11) .....	103
3.1	Acesso ao sistema de processamento da licitação .....	104
<b>CAPÍTULO IV – DA CONDUÇÃO DO PROCESSO</b>		
	Órgão ou entidade promotora da licitação (art. 12) e autoridade competente (art. 13) .....	105
4.1	Órgão ou entidade promotora da licitação e seu responsável .....	106
<b>CAPÍTULO V – DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO</b>		
	Orientações gerais (art. 14) .....	107
5.1	Fase preparatória do pregão .....	108
	Valor estimado ou valor máximo aceitável (art. 15) .....	109
5.2	Possibilidade de sigilo do orçamento estimado da contratação na visão do TCU .....	110
5.3	Valor estimado, valor máximo aceitável e valor de referência para a aplicação do desconto .....	113
5.4	O orçamento sigiloso no Decreto do novo pregão eletrônico .....	115
	Designações do pregoeiro e da equipe de apoio (art. 16) .....	119
	Do pregoeiro (art. 17) .....	120
	Da equipe de apoio (art. 18) .....	121
5.5	Montagem da equipe responsável pelo pregão .....	121
5.6	Abrangência da responsabilidade unipessoal do Pregoeiro .....	123
5.7	A participação e a responsabilidade dos “setores técnicos” (parágrafo único do art. 17) .....	125
	Do licitante (art. 19) .....	128
5.8	A atuação do licitante no pregão eletrônico .....	129
<b>CAPÍTULO VI – DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DO EDITAL</b>		
	Publicação (art. 20) e edital (art. 21) .....	131
6.1	Publicação do aviso de edital do pregão eletrônico .....	132
	Modificação do edital (art. 22) .....	134
6.2	Alterações no instrumento convocatório .....	134
	Esclarecimentos (art. 23) .....	137
6.3	Pedido de esclarecimentos e sua resposta .....	137
	Impugnação (art. 24) .....	139
6.4	A impugnação do edital do pregão .....	139
6.4.1	Prazo legal para impugnação do edital do pregão .....	140
6.4.2	Competência para o julgamento da impugnação .....	141
6.4.3	Prazo para resposta à impugnação: efeito suspensivo da impugnação? .....	141
6.4.4	Impugnação intempestiva: preclusão da alegação de nulidade do edital? .....	143
<b>CAPÍTULO VII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>		
	Prazo (art. 25) e apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante (art. 26) .....	145
7.1	Prazo para envio das propostas e dos documentos de habilitação .....	146
7.2	A integração dos documentos de habilitação a partir do SICAF e sistemas assemelhados .....	148
7.3	O que se entende por “documentação complementar”? .....	150
7.4	Regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte .....	151
<b>CAPÍTULO VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DO ENVIO DE LANCES</b>		
	Horário de abertura (art. 27) .....	153
8.1	Sessão de lances .....	153
	Conformidade das propostas (art. 28) e ordenação e classificação das propostas (art. 29) .....	155
8.2	A verificação inicial da conformidade das propostas cadastradas no sistema .....	155
8.3	Aceitabilidade inicial e presunção de inexequibilidade das ofertas.....	159
	Início da fase competitiva (art. 30) .....	160
8.4	Regras gerais sobre os lances no pregão eletrônico .....	161
	Modos de disputa (art. 31) .....	162
8.5	Modos de Disputa .....	162
8.6	O intervalo mínimo entre os lances .....	164
8.7	O fim dos robôs? .....	164
	Modo de disputa aberto (art. 32) .....	166
8.8	O modo de disputa “aberto” .....	167
8.9	O reinício da etapa de lances no modo de disputa “aberto” .....	167
	Modo de disputa aberto e fechado (art. 33) .....	169
8.10	O modo de disputa “aberto e fechado” .....	170
8.11	A “etapa fechada” de lances .....	171
	Desconexão do sistema na etapa de lances (arts. 34 e 35) .....	173

8.12	Desconexão do sistema de processamento do pregão .....	173
	Critérios de desempate (arts. 36 e 37) .....	175
8.13	O desempate no pregão .....	175
<b>CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO</b>		
	Negociação da proposta (art. 38) .....	179
9.1	A etapa de negociação .....	179
	Julgamento da proposta (art. 39) .....	181
9.2	O julgamento das propostas .....	181
9.3	Aceitabilidade da proposta quanto ao preço .....	182
9.4	A inexequibilidade da proposta .....	183
<b>CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO</b>		
	Documentação obrigatória (arts. 40 a 42) .....	184
10.1	Habilitação e suas dimensões .....	186
10.2	Limites às exigências de habilitação .....	194
10.3	Participação de empresa estrangeira em licitação .....	195
10.3.1	Formalidade na habilitação de empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil .....	196
10.4	Habilitação e participação de consórcios (art. 42) .....	199
	Procedimentos de verificação (art. 43) .....	202
10.5	Obtenção de certidões por parte da Administração (§3º) .....	203
10.6	Complementação de quantitativo de fornecimento em pregões realizados para o sistema de registro de preços (§6º) ...	206
<b>CAPÍTULO XI – DO RECURSO</b>		
	Intenção de recorrer e prazo para recurso (art. 44) .....	208
11.1	Características básicas do recurso administrativo na modalidade pregão .....	209
11.2	A atuação do pregoeiro quanto ao exame dos requisitos de admissibilidade do recurso .....	210
11.3	Requisitos de admissibilidade recursal .....	211
11.4	Formalidade e processamento do recurso na modalidade pregão .....	213
11.5	Efeitos da reconsideração do Pregoeiro .....	214
11.6	Não apresentação de razões recursais no prazo .....	215
11.7	Razões de recurso e vinculação aos motivos da intenção recursal .....	217
11.8	Realização de diligências no âmbito da fase recursal .....	218
<b>CAPÍTULO XII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO</b>		
	Autoridade competente (art. 45) e pregoeiro (art. 46) .....	220
12.1	Adjudicação .....	220
12.2	Homologação .....	221
<b>CAPÍTULO XIII – DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO</b>		
	Erros ou falhas (art. 47) .....	223
13.1	O critério de saneamento de erros e falhas no Decreto nº 10.024/2019 .....	223
13.2	Art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/1993: a problemática da juntada posterior de documento .....	226
13.3	Prazo mínimo de suspensão em caso de diligência para saneamento de falhas e vícios .....	228
<b>CAPÍTULO XIV – DA CONTRATAÇÃO</b>		
	Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços (art. 48) .....	229
14.1	Procedimento de contratação decorrente do pregão .....	230
14.2	E se o adjudicatário não assinar o contrato ou a ata de registro de preço? .....	230
14.3	O prazo de validade das propostas .....	231
14.4	O regramento dos contratos decorrentes do pregão .....	231
<b>CAPÍTULO XV – DA SANÇÃO</b>		
	Impedimento de licitar e contratar (art. 49) .....	233
15.1	Penalidades .....	234
15.2	Obrigatoriedade de instauração de processo administrativo sancionatório .....	235
15.3	Condutas passíveis de penalização no pregão eletrônico .....	237
15.4	Atuação do pregoeiro diante de condutas passíveis de sancionamento .....	239
15.5	Aplicação e dosimetria das sanções .....	240
15.6	Extensão dos efeitos da sanção: a desconsideração da personalidade jurídica no pregão eletrônico .....	241
15.6.1	As “Ocorrências Impeditivas Indiretas” informadas no SICAF .....	243
15.6.2	A desconsideração da personalidade jurídica a partir do conjunto de indícios e presunções .....	244
15.6.3	Procedimentos a serem observados pelo pregoeiro no curso do processo licitatório .....	247

CAPÍTULO XVI – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO	
	Revogação e anulação (art. 50) ..... 253
16.1	Desfazimento da licitação ..... 252
CAPÍTULO XVII – DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA	
	Aplicação (art. 51) ..... 255
17.1	Dispensa eletrônica ..... 256
CAPÍTULO XVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS	
	Orientações gerais (arts. 52 a 59) ..... 257
	Revogação (art. 60) e vigência (art. 61) ..... 258
18.1	Orientações sobre a aplicação do Decreto do pregão eletrônico ..... 259
18.2	Revogação ..... 259
18.3	Vigência ..... 260
REFERÊNCIAS ..... 261	